

O PROJETO MILITAR DE DISTENSÃO

NOTAS SOBRE A AÇÃO POLÍTICA DO PRESIDENTE GEISEL

Suzeley Kalil Mathias
Universidade Estadual Paulista

RESUMO

A partir da análise dos discursos do Presidente Ernesto Geisel, confrontados com a conjuntura em que foram produzidos, discutimos o projeto militar para a distensão brasileira, sugerindo como principal objetivo desta última o controle e o restabelecimento das linhas de comando interno às Forças Armadas.

PALAVRAS-CHAVE: militares; distensão política; discurso político; governo Geisel.

A participação das Forças Armadas (FFAA) na política brasileira não foi inaugurada com a intervenção de 1964. São bastante conhecidas para serem novamente lembradas as muitas vezes que elas tomaram parte em governos ou foram responsáveis seja pela queda, seja pela ascensão de governantes. Oliveiros Ferreira (1988) e José Murilo de Carvalho (1977) chegam até a apontar o número de tais intervenções na República. Nesse sentido, a novidade do movimento militar de 1964 encontra-se na manutenção do poder estatal nas mãos das Forças Armadas e na duração deste estado de coisas. Todavia, é importante destacar que duração refere-se aqui tão somente à unidade temporal, não à manutenção do mesmo projeto político ou do mesmo grupo militar no poder. Como mostram Carlos Estevam Martins e Sebastião Velasco e Cruz (1984), a principal característica do regime pós-64 encontra-se no binômio durabilidade-mutabilidade: a permanência do poder nas mãos das Forças Armadas foi marcada pela mutabilidade da ação política dos militares, consequência de um certo revezamento no poder de grupos militares ou, mais precisamente, dos grupos dominantes (SOARES *et al.*: 1995).

Da mesma forma, é nas divisões internas às Forças que encontramos pelo menos parte da explicação da transição de uma ordem autoritária de base militar para uma outra, hoje chamada democrática. Assim, a hipótese que desenvolvemos aqui é a de que uma parcela das Forças Armadas jamais pretendeu permanecer no poder, apenas defendia a intervenção militar na política

com o objetivo de “arrumar a casa”. A partir do momento que tal visão foi vencida pela ação de outros grupos militares, esta facção passou a alentar intenções distensionistas, procurando criar as condições necessárias para que tal intenção se transformasse em projeto de ação sobre a política¹. Isto também explica o caráter endógeno da transição brasileira. Não cabe aqui uma discussão aprofundada sobre estratégia, base teórica para a guerra e para a ação militar. Porém, seguindo Aron, são princípios da teoria estratégica: “[...] *o princípio da concentração das forças* (evitar a dispersão), *o princípio do objetivo* (escolher um plano e cumpri-lo, resistindo às pressões adversas), *da perseguição* (perseguir vigorosamente as vantagens obtidas), *da ofensiva* (aproveitar a iniciativa, no momento oportuno, e explorá-la plenamente para forçar uma decisão), *da segurança* (proteger suas forças e linhas de comunicação contra um ataque surpresa do inimigo), *da surpresa* (enganar o inimigo a respeito de nossas intenções), *da economia de forças* (empregar plenamente todas as forças disponíveis)” (ARON, 1986: 699, grifos no original).

Tomando essas afirmações, pode-se dizer que o tipo de ação do grupo distensionista, chamemo-lo assim, não difere daquela atuação para a qual as Forças Armadas de qualquer país

¹ Utilizamos o termo projeto como um plano ou estratégia elaborada, enquanto intenção quer significar um desejo, uma vontade que leva à elaboração de um projeto.

são educadas, mas da aplicação deste aprendizado ao universo da política: a elaboração de uma estratégia que leve à consecução do objetivo traçado, a preocupação e o preparo constante para a manobra. Foi esse o caminho seguido por Ernesto Geisel na consecução de seu projeto político. Boa parte dos paradoxos da distensão brasileira pode ser entendida a partir disso.

O espaço de que dispomos não nos permite desenvolver esta idéia em sua totalidade². Aqui, objetivamos chamar a atenção para o peso da instituição militar sobre o projeto de distensão política. Em outras palavras, tomando o fato de que o pós-64 representou a forma mais acabada de intervenção militar na política, levando autores insuspeitos a afirmarem que elas “são o Estado” (FERREIRA, 1988: 80), qualquer mudança no processo político, processo esse que encontra seu *ethos* nas Forças Armadas, deve também significar mudanças no papel atribuído a essas Forças no projeto de mudança política.

A análise das transições de regimes autoritários, ainda que a ênfase seja dada para parte de tal processo e em suas dimensões diminutas, é importante porque entendemos que é somente a partir da compreensão de tais processos que se abre a possibilidade de entendimento dos regimes políticos desenvolvidos posteriormente. Isto não significa deixar de considerar outras variáveis, como “fatores históricos de longo prazo” e a “intervenção do universo econômico na política” na explicação das recentes democracias latino-americanas, como quer O’Donnell (1991). Pelo contrário, a análise dos desenvolvimentos transicionais joga luzes inclusive sobre tais fatores, permitindo avaliar os graus de mudança e de continuidade relativa.

Para analisar a relação entre militares e distensão política, escolhemos o tratamento dado às Forças Armadas e a posição ocupada por estas últimas nos discursos do presidente Ernesto Geisel. Este procedimento se justifica pela conjunção de dois fatores.

Em primeiro lugar, Geisel representava a

possibilidade de transformação da intenção distensionista em projeto de distensão por fazer parte daquele grupo interno à oficialidade militar que alentava tal desejo. Sua chegada ao poder central da República pode ser entendida como uma estratégia bem sucedida deste grupo em criar as condições de mudança no regime autoritário. Tal desejo, por sua vez, pode ser compreendido como fundado na tradição liberal-democrática deste grupo, que não só privilegiava uma visão de mundo onde ocidente, desenvolvimento e democracia eram parceiros inseparáveis (STEPAN, 1986), como também via que a permanência militar no poder do Estado não logra impedir que a política penetre nos quartéis, levando a crises que colocam em xeque o próprio futuro da instituição (VARAS, 1988), como exemplifica a autonomia dos órgãos de segurança e repressão frente à instituição militar e ao governo, conhecidas no Brasil principalmente depois de 1968.

Segundo, Geisel assumiu a presidência da República num momento em que a conjuntura do país permitia o desenvolvimento de projetos desta natureza, pois o regime político inaugurado em 1964 foi bem-sucedido — alcançou altos índices de desenvolvimento econômico e de paz social somada com baixa repressão em comparação a situações semelhantes, binômio que justificou a intervenção de 1964 e seus desdobramentos — já não encontrando, portanto, justificativas razoáveis para a permanência dos militares no poder. Os discursos dos parlamentares e da imprensa conservadora ainda sob Médici mostram claramente o desenvolvimento desta conjuntura.

Além disso, é importante lembrar que o discurso é parte da construção ideológica que sustenta determinada ação. Dessa forma, através de sua análise — sem pretender preencher as lacunas que nele apareçam, mas buscando compreender porque elas estão onde estão (CHAUÍ, 1980) — é possível visualizar a posição dos atores no tabuleiro político, seus horizontes e limites, seus desejos e fracassos. Isto porque todo discurso é produto da sociedade na qual ele se articula e, enquanto formado por uma multiplicidade de sujeitos, é sempre portador de ideologia (PINTO, 1989).

² Desenvolvemos melhor essa hipótese em MATHIAS, 1995.

Como portadores de ideologia e veiculadores de poder, os discursos operam de forma diferente na relação entre emissor-receptor e é a partir dessas diferenças que se pode distinguir os discursos. Por outras palavras, todo discurso precisa colocar em ação uma crença, e é o fundamento dessa crença que nos permite, por exemplo, saber quando o discurso é religioso, científico etc.

Todo discurso tem como ponto central uma relação de autoridade. Entretanto, cada discurso determinado opera com um dado aspecto desta relação. Assim, o discurso religioso privilegia a contemplação, impondo uma verdade absoluta; o discurso científico tem como aspecto central o conhecimento diferenciado. E ainda que todos os tipos de discurso objetivem, a partir de um conjunto de características, o convencimento, este é essencial ao discurso político, a partir do que ele se torna distinto dos demais. Assim, o discurso político opera pelo convencimento.

Por essa característica, o discurso político pode ser entendido como uma ação social, no sentido weberiano do termo. Isto é, através da prática discursiva, o sujeito (enunciador) procura produzir no outro (receptor) uma reação pré-determinada. Por outro lado, um discurso possui autonomia relativa, o que é mostrado quando ele não produz a ação esperada, mas outras e, a partir dessas, outras mais e que de algum modo refletem na ação de ambos os sujeitos (emissor e receptor). Essa característica do discurso, na verdade, da ação social, permite avaliar, também, as relações entre determinado projeto e o processo que ele desencadeia, como é o caso da distensão no Brasil.

Em função dos limitados objetivos deste texto, aqui não tomamos a totalidade dos discursos do presidente Geisel, mas somente aqueles dirigidos às Forças Armadas e os relativos à distensão do regime. O universo da análise, assim, é composto por um novo discurso, construído com a finalidade de dar conta da relação entre Forças Armadas e *distensão no Brasil*.

I. O PROJETO DE DISTENSÃO

Até aqui falamos em transição, distensão e abertura sem a preocupação de definir os significados que assumem tais termos. Na verdade, os três são muitas vezes utilizados como sinônimos na análise política e talvez em função da complexidade das realidades que visam expressar, estão carregados de contravérsias, isto é, diferentes autores atribuem significados diversos a tais termos.

Utilizando a terminologia de O'Donnell e Schmitter (1988), transição significa a passagem ou mudança entre duas formas de organização do regime político em uma dada sociedade. Esse rearranjo no regime político pode ser dividido em diferentes fases, sendo que a primeira delas é chamada distensão ou liberalização, na qual se produz reformas no regime autoritário com vistas a um outro regime que, no momento da distensão, ainda não está determinado.

Diferente de O'Donnell e Schmitter, entendemos que esta terminologia somente faz sentido quando as transições de regimes autoritários são processadas através de acordos, como no caso brasileiro, não cabendo, portanto, para aqueles casos de "colapso" do regime autoritário. Neste último, na realidade, não há transição (ou o termo é mal utilizado), mas *precipitação* em uma nova forma de organização do regime político que, naqueles países onde o regime autoritário tinha forte conteúdo militar — a Argentina é nosso exemplo mais próximo —, apresenta-se um processo de "desmonte" do Estado pela própria falta de projeto político das elites que são forçadas a deixar o poder.

Para o caso brasileiro, a palavra distensão é aqui utilizada tão somente para datar um largo processo que, *enquanto processo*, teve início com as eleições de 1974 e se encerrou no final do governo de Ernesto Geisel com a revogação do AI-5. Com o governo Figueiredo, iniciou-se uma nova fase na transição, chamada *abertura*, que por um lado consolidou as iniciativas da primeira e, por outro, contou com uma mobilização maior da sociedade. Esta a grande diferença: na primeira fase, o governo tem total controle das ações e iniciativas, na segunda, ele "transa e concede" (CARDOSO, 1981).

Distensão corresponde, então, à substituição

ou afrouxamento de algumas regras com vistas a diminuir a repressão e restabelecer alguns direitos individuais ou coletivos e, fundamentalmente, subordinar e restabelecer a unidade interna às Forças Armadas. Este é o significado que assume o termo no interior das falas do presidente Geisel que, é preciso frisar, faz uso dos termos distensão, abertura e até democratização indistintamente. Para Geisel, portanto, a distensão freqüentemente é “[...] apresentada com a conotação exclusivamente política, visando, pelo que se diz, ao indispensável restabelecimento do chamado ‘Estado de Direito’ [sic] [...] Mas a *distensão* não deve ser apenas política — nem predominantemente política. O que almejamos para a Nação [...] é um desenvolvimento integral e humano, capaz, portanto, de combinar, orgânica e homoganeamente, todos os setores — político, social e econômico — da comunidade nacional. Com esse desenvolvimento é que alcançaremos a *distensão*, — isto é, a *atenuação, se não eliminação, das tensões multiformes, sempre renovadas, que tolhem o progresso da Nação e o bem-estar do povo*” (GEISEL, [1975] 1976: 152-153)³.

Assim, como o pronunciamento mostra, distensão, segundo Geisel, não pode ser confundida com ruptura ou transição para a democracia. Ao contrário, o significado de distensão, seguindo a própria etimologia, é tão-somente abrandamento das tensões. Isto fica particularmente claro quando Geisel afirma que distensão não é política, mas refere-se a todas as esferas sociais, pouco tendo a ver com Estado de direito.

Conforme já indicamos, o principal objetivo de Geisel é o restabelecimento do controle interno às Forças Armadas e seu afastamento do centro de decisão governamental, ainda que mantendo o controle militar sobre importantes setores do Estado — desmilitarização do governo, mas não do Estado (ROUQUIÉ, 1988). Este objetivo é perseguido através de duas novas fon-

tes de legitimidade: a introdução da temporalidade e a continuidade na mudança (OLIVEIRA, 1994: 80-81).

Essas duas novas fontes de legitimidade somente são entendidas quando tomadas conjuntamente, fundamentando a tática “lenta, segura e gradual” da realização de sua estratégia de mudança dentro da ordem. Entretanto, cada uma delas responde a uma necessidade diferente, embora relacionadas à questão militar.

A introdução da temporalidade significava assinalar que a revolução tinha um fim, não era permanente como defendiam certos setores civis e militares. Em outras palavras, se os objetivos da revolução eram a produção do *desenvolvimento com segurança*, e estes haviam sido alcançados, estava na hora dos militares voltarem aos seus postos, garantindo, assim, a própria consolidação do processo iniciado em 1964. Nas palavras de Geisel: “[...] é de admitir-se que a necessária operação de saneamento da vida nacional, tão conturbada e corrompida antes de 1964, deveria chegar a seu termo algum dia, pela integração do País num clima de melhor normalidade democrática” ([1978] 1979: 596).

Ao mesmo tempo, porém, que a revolução tem uma duração no tempo, ela é o destinador⁴ da ação em Geisel. Assim, ele não pode conflitar com ela sem perder sua legitimidade. Daí a importância de ser seu projeto representante da mudança na *continuidade*: os objetivos que ele persegue são os mesmos dos revolucionários, condicionados por uma nova realidade. Em outros termos, Geisel precisava afirmar e convencer que estava recuperando os objetivos originais da revolução através de sua política distensionista, pois a ditadura nunca constituiu objetivo revolucionário. Ela representava um desvio imposto, é verdade, pelas circunstâncias. Todavia, se o que a impôs havia sido vencido, já era hora de retomar os objetivos “originais da revolução”. Este o caminho para ter êxito: seu projeto não poderia — como Geisel afirmaria em entrevista a Stepan (1986) — reproduzir o fracasso de Castello Branco e Costa e Silva e, por-

³ O ano entre colchetes refere-se ao momento em que o pronunciamento foi feito. O procedimento justifica-se porque permite o confronto imediato entre discurso-conjuntura. A seguir, indicamos o ano de publicação e a página. Quanto aos destaques, quando forem do autor, aparecerão em itálico.

⁴ Segundo a análise actancial do discurso, destinador é aquele que incumbe o sujeito de uma dada finalidade, é o mandatário da ação.

tanto, para levar o projeto avante era necessário não entrar em conflito com o “processo revolucionário”, já que este era encarado como permanente, daí a necessidade de ser a distensão um processo gradual. Esta a única maneira de vê-la, ainda que parcialmente, realizada. Em suas palavras: “Imaginamos realizar aberturas políticas, mas com o necessário cuidado para evitar a volta ao passado [...] As aberturas políticas que faremos, e que representam um passo no sentido do aperfeiçoamento da democracia, têm que ser efetuadas com as devidas cautelas para que não voltemos a defrontar-nos com o espectro de um passado sumamente prejudicial à vida e ao desenvolvimento do Brasil” ([1978] 1979: 89).

Aqui temos colocado não só a estratégia de Geisel, mas também a tática necessária à sua realização, isto é, a distensão somente chegaria a bom termo se realizada de modo “lento, gradual e seguro” pois como o próprio general admitiu, em entrevista a Paul Boeker anos mais tarde, quando perguntado se a oposição à política de abertura vinha predominantemente dos setores militares ou dos civis, Geisel afirmou: “Havia oposição em ambos os setores, mas era mais forte no militar. Para transformar esta oposição, nós fizemos primeiro uma grande campanha de esclarecimento e persuasão no sentido de criar um consenso e, finalmente, superar o maior obstáculo à abertura. [...] a distensão deveria desenvolver-se passo a passo, contando com a possibilidade de retrocessos. Havia resistência interna a esta política, pela preservação do regime. Primeiro era indispensável neutralizar estas forças [...]” (*In*: BOEKER, 1989: 268-269)⁵.

⁵ É importante frisar que a resistência militar à distensão não era fruto de uma imagem construída pelos *geiselistas* para convencer a oposição civil da necessidade de ser o processo de transição gradual e com garantias para os setores “duros”. Isto fica claro quando analisamos os depoimentos prestados por militares deste grupo, como por exemplo a entrevista dada por Coelho Neto, conhecido membro da “linha dura”, ligado ao setor de informações e lotado no SNI durante o governo Geisel: “A abertura política do presidente Geisel foi bem entendida, bem assimilada pela ‘linha dura’? Não propriamente, porque foi mal feita. Geisel não abriu, escancarou. Não houve progressividade. De repente abriu a cortina e pronto. A abertura não foi lenta nem gradual [...]” (SOARES et al., 1995: 201).

Se aqui descrevemos os meios e os objetivos da ação de Geisel, uma questão ainda não foi totalmente respondida, ainda que indicada: qual o *motivo* para a construção e adoção de um projeto desta natureza?

Interessante notar que se é no setor militar que se encontravam as maiores resistências ao projeto distensionista, é também nele que o general Geisel encontrou a verdadeira motivação para a transformação da intenção em projeto. Diferente das explicações correntes — que procuram na crise econômica ou, ao revés, no êxito econômico ou na pressão social (CARDOSO, 1980), ou até em uma possível valorização da democracia por parte do grupo que chegou ao poder com Geisel —, as falas do presidente indicam que a distensão não poderia ser adiada exatamente porque os objetivos militares não incluíam a permanência das Forças Armadas à frente de governos, ainda que sua participação política fosse “natural” no sistema brasileiro. A seguinte passagem é ilustrativa: “[...] era necessário que a participação da autoridade civil gradualmente assumisse a responsabilidade de governar, acima de tudo porque não é essa a missão das Forças Armadas. Nosso tipo de governo não poderia perpetuar-se indefinidamente, estávamos vivendo uma situação anormal. Para ser mais democrático, o governo envolve necessariamente uma administração predominantemente civil [...]” (GEISEL *In*: BOEKER, 1989: 268).

Desse ponto de vista, a distensão foi iniciada para reconstruir a unidade interna das Forças Armadas, abalada pelos anos autoritários, não permitindo que esta falta de unidade corporativa redundasse em crises insuperáveis a partir de seu controle pelo alto. Esta a motivação de Geisel na formulação de seu projeto.

Essa idéia tem encontrado críticas no sentido de que ela permite compreender o fim do regime militar, mas não o momento em que o projeto de distensão foi implementado (SOARES *et al.*: 1995). Neste caso, a pergunta seria: por que a liberalização não se iniciou antes, quando apresentavam-se conjunturas muito mais favoráveis?

Esta questão também ocorreu a Golbery do Couto e Silva (1981) que, como sabemos, foi um dos assessores mais próximos do presidente

Geisel. Ele indica que certamente existiram momentos mais favoráveis, particularmente do ponto de vista econômico, para o início do processo de distensão, mas também haviam maiores resistências, não sendo possível àqueles que a desejavam colocá-la em prática, pois do ponto de vista das condicionantes militares aqueles momentos, embora críticos para a unidade corporativa, não eram suficientes para provocar uma reação aberturista. É por isso que indicamos, e isto é confirmado pelos discursos, que foi a conjugação de uma conjuntura favorável, a possibilidade de crises militares que resultassem em ruptura interna e o domínio de um setor militar identificado com o castelismo no poder que possibilitou a implementação do projeto de abertura.

Há que se notar, todavia, a diferença entre a motivação do agente — especificamente o presidente Geisel — e a explicação do analista. Neste último caso, a crise militar é condição necessária mas não suficiente para a mudança; no primeiro, basta um desejo para que a ação se inicie e esta motivação, como nos informa Weber, está longe de estar ao alcance do estudioso.

II. A DISTENSÃO NAS FORÇAS ARMADAS

Do ponto de vista da motivação para uma política distensionista, o projeto *geiselista* implicava a restauração das próprias bases da vida militar: a unidade interna e a verticalidade do comando. Para isto, a Presidência da República deveria deixar de ser o último posto da hierarquia militar e o sistema de repressão ser, senão eliminado, pelo menos controlado, perdendo sua característica de “força armada paralela”. O aparelho de segurança e informações era o nicho de maior resistência dentro do Estado. Este setor, quando conhecida a intenção liberalizante do governo, procurou elaborar mecanismos de bloqueio a ela, como exemplifica a seguinte passagem: “A ‘abertura’ inevitavelmente provocará cisão dentro das Forças Armadas: num momento internacional como o presente, isso pode ser suportável? [...] Conquanto vinculado a circunstâncias concretas do momento histórico, o Movimento de 64 transcende o instante e se insere no permanente nacional. O que significa, entre

outras coisas, que não pode ser negado. Tem de ser aceito. Disto não se pode abrir mão [...] No entanto, aí está o início da ‘abertura’. Em ação. Lenta, mas insopitavelmente, caminha (achamos até que[...] já andou demais [...]). Abertura assim é permissão para o inimigo entrar, em cunhas profundas e talvez definitivas, dentro do campo da Revolução de 64. Por isso está inquietando e pode dividir as forças armadas [...]. Por tática, não se deve ir frontalmente contra a ‘abertura’, em público; pode-se aproveitar dela o que é positivo: maior liberdade ao poder legislativo (preparado para o futuro por ‘formação’ específica, cursos, escolha de novos elementos bons [...]) maior liberdade à boa imprensa [...]. Mas, deve-se cerceá-la para além disso [...]” (BAFFA, 1989: 51-65)⁶.

Frente a tantas resistências, a concentração de poder nas mãos do presidente da República podia ser encarada como uma usurpação do poder das Forças Armadas, que entendiam-se como sujeitos do agir revolucionário. Para evitar isto, a unidade e obediência hierárquica eram fundamentais, tendo Geisel que praticar o comando-em-chefe como nenhum outro antes dele, concentrando em si toda a autoridade. Este exercício, no entanto, não poderia ser confundido com liderança carismática, sob pena de se ver ameaçado, pois, como organização fechada — onde a disciplina significa a legitimidade de obediência a postos hierárquicos —, as Forças Armadas preferem mecanismos que reforcem a própria organização. O carisma, como legitimidade dada pela devoção ao líder, rompe com tais pressupostos e, portanto, é por elas encarado como perigoso para a própria sobrevivência da organização. É o que mostra Coelho: “[...] Se a disciplina consiste na prática sistemática — racional, metódica e uniforme — de comandos cuja legitimidade advém da distribuição hierárquica das posições de autoridade, o personalismo, inversamente, só conhece a devoção ao líder. Por isso mesmo organizações militares, tal como os partidos de combate e outras organizações ‘fechadas’, desconfiam de personalidades, ainda mais das carismáticas, dada a sua na-

⁶ Reprodução do Informe nº 209, do Centro de Informações do Exército — CIE, de junho de 1975.

tural preferência pelo ‘homem da organização’, opaco, absorvido pela rotina dos regulamentos e enquadrado nos mecanismos impessoais da hierarquia [...]” (1976: 160)⁷.

Como já afirmamos, o projeto *geiselista* encontrava resistências internas às Forças, o que implicava numa estratégia dirigida especialmente a elas. Nesse sentido, as Forças Armadas ocupam um espaço privilegiado no discurso do presidente Geisel⁸, no qual ele busca deixar claro que a participação militar na política foi e continua sendo importante. Todavia, esta participação deve obedecer aos princípios da hierarquia e obediência (disciplina): “As Forças Armadas, coesas, atuantes e preocupadas fundamentalmente com seu aparelhamento e adestramento de seus quadros, têm papel dos mais relevantes, é certo, tanto na segurança interna quanto na externa, e constituem o núcleo em torno do qual nós devemos nos unir nos momentos graves, para que o Brasil possa concretizar os seus mais altos destinos” (GEISEL, [1975] 1976:42).

A necessidade de vencer as resistências internas explica também porque o projeto de distensão jamais teve uma definição precisa, variando de conteúdo a cada vez que o termo era utilizado. Isto respondia a uma intenção tática dos seus formuladores no sentido de não fornecer aos opositores (internos, em primeiro lugar) as armas para uma contra-política. Isto permitia, também, a redefinição de objetivos no decorrer do próprio processo liberalizante (KLEIN, 1978: 80).

Para implementar seu projeto gerando o menor grau de conflito possível, a mensagem dirigi-

da às Forças Armadas é invariável: o presidente procura ressaltar o quanto é fundamental a manutenção da unidade e obediência para a realização dos objetivos revolucionários: “Como militar [...] valorizo altamente o espírito de coesão [...] (que) cimenta a união das Forças Armadas. Esse espírito é, sem dúvida, uma decorrência da nítida compreensão do relevante papel que lhes cabe como instituições nacionais permanentes, essenciais à execução da política de segurança, notadamente quando se tem em vista a árdua construção do sistema de vida democrática a que se propôs a revolução de 1964 [...]. Confio que elas (Forças Armadas) prosseguirão devotadamente a trabalhar unidas, [...] em constante aperfeiçoamento, com quadros cada vez mais capazes [...] E, principalmente, que continuarão a atuar, sem faccionismos, em permanente benefício da Nação” ([1975], 1976: 300). E, mais tarde: “[...] voltam a explorar divisionismos nas Forças Armadas. Esta foi uma velha política que imperou no Brasil durante anos, sempre se procurou dividir as Forças Armadas [...] (porém) as Forças Armadas estão unidas; estão unidas em torno do seu Chefe; estão unidas em torno de seus ideais; estão unidas, principalmente em torno dos interesses da Nação” ([1978] 1979: 344).

Em todos os pronunciamentos dirigidos às Forças Armadas, Geisel privilegia o tom profissional. Seus discursos, assim, são exemplos do quanto a unidade estava ameaçada, pois a frequência com que tais atributos aparecem nos discursos é sinal do aumento da instabilidade (KLEIN, 1978).

Porém, o discurso de Geisel às Forças Armadas não se resume à afirmação da autoridade, cuja característica central é a negação do papel até então legitimamente representado. Há, também, a edificação positiva, pois as Forças Armadas ganham um novo papel, para além do seu dever constitucional: sem contradizer o seu comandante-em-chefe, ganham o papel de *auxiliares* da ação do sujeito⁹. Assim, cabe a

⁷ Não por acaso, os próprios adversários da política de Geisel e até seus inimigos confessos sempre procuraram ressaltar que ele era um ótimo militar, apesar de ter dedicado boa parte de sua vida à política. O mesmo não aconteceu com Golbery do Couto e Silva, que foi frequentemente responsabilizado pelos “desvios” aberturistas do regime. Cf. SOARES et al.: 1995.

⁸ Tomando a totalidade dos discursos, o que implica num público bastante heterogêneo, são poucas as vezes que as Forças Armadas não são lembradas e, nestas vezes, há sempre uma mensagem dirigida aos radicais.

⁹ Nem sempre o lugar actancial de sujeito é ocupado pelo presidente. Dependendo do “momento” e do “público” discursivo, o sujeito da ação pode ser o governo, o Executivo, o membro do partido etc. Ao utilizarmos neste momento o sujeito como invariante,

elas ajudar o presidente, jamais contradizê-lo, principalmente porque é através dessa ação que elas estarão realizando os objetivos revolucionários. Em outras palavras, se em 1964 a intervenção militar foi legítima, quando elas assumiram o poder de sujeito da ação por delegação do povo (destinador da ação)¹⁰, agora qualquer intervenção por iniciativa interna aos seus corpos, é não só ilegítima, como contra-revolucionária, pois é o presidente que representa o fazer revolucionário: “Foram as Forças Armadas as principais responsáveis pelo movimento de 1964 e por sua evolução [...] ([1976] 1977: 48). “A Nação (hoje) vive em ordem [...] (portanto), já estão podendo as Forças Armadas concentrar-se em seus múltiplos afazeres profissionais [...] sem o desgaste continuado de um permanente engajamento em operações de segurança” ([1978] 1979: 199).

Através da definição de um novo papel, Geisel introduz outra mudança importante na ação política militar. Embora tenha sido sempre identificado com Castello Branco, tido como um continuador de sua obra — aspecto que o grupo *geiselista* sempre procurou ressaltar —, Geisel cinde com seu antigo líder exatamente no ponto nevrálgico da sua estrutura discursiva, justamente na questão do papel militar.

Na mensagem de Castello Branco não é possível notar uma diferença entre o que seja militar político e profissional. “[...] Na verdade, para Castello Branco, o soldado é *sempre*, político, embora ostentando nuances distintas em instâncias diversas [...]” (FIGUEIREDO, 1980: 98, grifo no original). Em Geisel, ao contrário, há dois universos separados, um para o militar político, outro para o profissional¹¹.

estamos somente querendo enfatizar a posição que Geisel assume diante das Forças Armadas, isto é, a posição que ele ocupa enquanto comandante-em-chefe dessas forças.

¹⁰ Veja nota 4 supra.

¹¹ Numa outra direção, pode-se dizer que Geisel, diferentemente de Castello Branco, precisa de duas categorias — o militar político e o profissional —, exatamente para mostrar que aqueles seus pares que não aceitam a abertura não são profissionais e, dessa forma, ele deslegitima a ação destes grupos dentro

Para Castello, o militar transforma-se em político em função do próprio dever militar, que o obriga a intervir politicamente para garantir a ordem estatal frente a inimigos, conforme aconteceu com Goulart em 1964. Assim, faz parte das atribuições profissionais das Forças Armadas representar a nação e ser sujeito da ação revolucionária (FIGUEIREDO, 1980: 102).

Para Geisel, o militar é político tão somente quando age movido por interesses particulares. O militar profissional respeita a hierarquia, segue as ordens de seu comandante-em-chefe e só intervém na política quando orientado a fazê-lo, o que se dá em momentos críticos (como em 1964, que Geisel não pode deslegitimar), não lhe cabendo, entretanto, o exercício do governo. Em situações de normalidade, o mesmo princípio hierárquico deve ser respeitado — condição de unidade — e às Forças Armadas cabe *somente* cuidar de seus afazeres profissionais — pensar a segurança do Estado, mas subordinada à condução governamental.

Nesta direção, argumentos que procuram mostrar que a política *geiselista* representava uma nova modalidade de intervenção militar na política (OLIVEIRA, 1985) não se sustentam. Pelo contrário, os discursos dirigidos às Forças Armadas indicam, considerando seu novo papel, a busca de bloqueio, desde a origem, de qualquer tentativa desta natureza.

Saindo do universo dos discursos, considerando as ações concretas do governo Geisel, também encontramos indicadores, ainda que indiretos, de que a preocupação básica do projeto de distensão era restabelecer a unidade interna e subordinar as Forças Armadas ao poder político¹². O primeiro — afastar as Forças Ar-

da corporação, tornando mais difícil a coesão em torno de contra-golpes à sua política. Isto não conflita com sua posição de Presidente da República porque, como destacava largamente em seus pronunciamentos, ele havia sido escolhido para um cargo civil e procurava governar como um civil, em conjunto com seu partido — a ARENA (GEISEL, 1978: 14).

¹² Como nosso objetivo aqui não é uma análise mais ampla do processo liberalizante brasileiro, lembramos apenas algumas destas atitudes. Uma avaliação detalhada destas ações pode ser encontrada em OLIVEIRA, 1994 e OLIVEIRA, 1992.

madras da repressão —, ele atingiu através de ações continuadas contra seus adversários fardados. São exemplos: o afastamento do general Ednardo D'Ávila do comando do II Exército, em janeiro de 1976; as mudanças na legislação relativa à rotatividade do Alto Comando das Forças Armadas e, principalmente, o afastamento do ministro do Exército, Sylvio Frota, em outubro de 1977, além da alteração de prioridade da hipótese de guerra interna para a hipótese de guerra regional¹³. Paralelamente, era necessário quebrar a relação institucional entre hierarquia militar e Presidência da República, estabelecida depois de 1964. Geisel o fez através da indicação de seu sucessor.

É preciso lembrar que um dos maiores e não resolvidos problemas do regime militar implantado no Brasil foi a questão da Presidência da República. Ainda que mantendo a rotatividade no cargo, a decisão castrense sempre recaía sobre um General-de-Exército, como forma de identificar o comando das Forças Armadas com a direção do país e evitar insubordinações ou questionamentos políticos em torno do presidente. João Figueiredo, escolhido para sucessor, não era um general no topo da hierarquia. A designação de um General-de-Divisão (três estrelas, não integrante do Alto Comando) sem consulta à área militar, não apenas mostra o poder acumulado por Geisel, mas também que este havia atingido mais um objetivo de seu projeto: através da quebra da hierarquia como eixo definidor do processo “revolucionário” afastava-se, ainda que parcialmente, o Exército do centro político decisório.

Atingidos esses dois objetivos, Geisel pôde, finalmente, dar conta do principal ponto de sua reforma política: o fim do AI-5, que coincidiu com sua saída do governo.

III. CONCLUSÕES

Os recuos no processo de transição brasileira

¹³ Após o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, Geisel baixou um decreto secreto com tais alterações. Isto aponta para as mudanças de cenário externo e sua influência sobre o projeto de distensão. Informações prestadas à autora pelo Almirante Armando Vidigal.

foram necessários à manutenção do projeto, particularmente durante a fase de distensão. Assim, os pactos, implícitos ou não, garantiram a posterior aprovação da Lei de Anistia (1979) e o caráter intocado dos centros presumidos de poder militar no Estado, como o SNI — que não foi extinto nem pela nova Constituição, mas reformado pelo voluntarismo político de Collor (EMILIO, 1992).

Isto mostra as dificuldades e a profundidade do trabalho de Geisel (OLIVEIRA, 1994), pois foram inúmeras as resistências encontradas, aqui apreciadas somente no que se refere aos fatores relativos à instituição militar. É bom lembrar que também na sociedade civil e nos setores políticos civis haviam focos de resistência ao projeto de distensão, convivendo com um grau elevado de inércia, daí ter sido a adesão ao projeto distensionista de Geisel — quando este já se mostrava capaz de ser vitorioso — e não propostas alternativas, o padrão prevalecente no cenário nacional.

Não foi objetivo deste texto uma análise mais ampla sobre o processo de transição que, cumprida a fase de distensão, recebeu, sob Figueiredo, o nome de “abertura”. Todavia, como essa discussão aponta, a abertura não representou a implementação de um novo projeto, mas a continuidade daquele imposto por Geisel — que incluiu a própria ascensão de João Baptista Figueiredo à Presidência da República. Portanto, o projeto de distensão lenta, gradual e segura não se limitava a um único mandato e nem terminava com o fim do AI-5, mas contemplava a *transição como processo de longo prazo*, cujo limite não estava localizado no tempo, mas realizava-se com a institucionalização da “democracia relativa”, com a preservação das prerrogativas militares sob um governo civil. Vemos, também, o grau de autoridade conquistada e exercida por Ernesto Geisel não somente durante o seu mandato presidencial, mas quiçá perdurando até nossos dias.

Como herança deixada pelo tipo e ritmo da transição brasileira, muitos dilemas ainda estão para ser decifrados. E, como não poderia ser diferente, ainda permanecem algumas questões no campo das relações políticas entre Forças Armadas, Sociedade, Estado. Dentre estas,

talvez a mais importante, porque mais difícil de ser superada, seja a relativa à cultura política.

Hoje, embora as Forças Armadas não venham assumindo atitudes fora de seus atributos constitucionais, incluindo o ritual para a aplicação da lei, ainda vivenciamos situações nas quais os civis convidam os militares à intervenção. Assim, a legitimidade da intervenção militar, traço da cultura política nacional, é reforçada por atitudes dos civis que continuam a buscar

nos quartéis soluções para a política brasileira¹⁴. E este é, ainda que não gostemos, um problema real para a consolidação da democracia no Brasil.

¹⁴ O comportamento do governador Brizola em relação às privatizações (maio, 1995) é claro exemplo disso. Outra questão está na utilização do Exército para solucionar casos de segurança pública, como vem se dando no Rio de Janeiro (MATHIAS e BELELI, 1995).

Suzeley Kalil Mathias é Mestre em Ciência Política (USP); professora do Departamento de Estudos Históricos Básicos (UNESP-Franca); membro do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE/UNICAMP); coordenadora do GT “Forças Armadas, Estado e Sociedade” da ANPOCS e autora de *Distensão no Brasil: o projeto militar, 1973-1979*. (Papirus, 1995).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARON**, Raymond. (1986). *Paz e guerra entre as nações*. Brasília, Ed. da UnB.
- BAFFA**, Ayrton. (1989). *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro, Objetiva.
- BOEKER**, Paul H. (1989). *Lost Illusions: Latin America's Struggle for Democracy, as Recounted by its Leaders*. New York, Markus Wiener Publ.
- CARDOSO**, Fernando Henrique. (1980). “Regime político e mudança social”. *Revista de Cultura Política*, São Paulo, 3: 07-46, jan.
- CARDOSO**, Fernando Henrique. (1981). “Os anos Figueiredo”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 1 (1): 04-11, dez.
- CARVALHO**, José M. (1977). “Os militares na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: S. B. de HOLANDA (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, 3ª ed. Tomo III, 2º volume. São Paulo, Difel, pp. 181-234.
- CHAUÍ**, Marilena. (1980). *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Moderna.
- COELHO**, Edmundo Campos. (1976). *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- COUTO** e **SILVA**, Golbery. (1981). *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo e Geopolítica do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio.
- CRUZ**, Sebastião C. Velasco e **MARTINS**, Carlos Estevam. (1984). “De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da ‘abertura’”. In: B. SORJ e M.H.T. de ALMEIDA (orgs.). 2ª ed. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, pp. 13-61.
- DEBERT**, Guita G. (1979). *Ideologia e populismo: A. de Barros, M. Arraes, C. Lacerda e L. Brizola*. São Paulo, TAQ.
- EMILIO**, Luis A. B. (1992). *O Poder Legislativo e os serviços secretos no Brasil, 1964-1990*. Brasília, Ed. do Autor.
- FERREIRA**, Oliveiros. (1988). *Forças Armadas, para quê?* São Paulo, GRD.
- FIGUEIREDO**, Eurico L. (1980). *Os militares e a democracia*. Rio de Janeiro, Graal.
- GEISEL**, Ernesto. (1975). *Discursos: 1974*. Brasília, AERP.
- _____. (1976). *Discursos: 1975*. Brasília, AERP.

- _____. (1977). *Discursos: 1976*. Brasília, AERP.
- _____. (1978). *Discursos: 1977*. Brasília, AERP.
- _____. (1979a). *Discursos: 1978*. Brasília, AERP.
- _____. (1979b). *Discursos: 1979*. Brasília, AERP.
- KLEIN**, Lúcia. (1978). "Brasil pós-64: a nova ordem legal e a redefinição das bases de legitimidade". In: **KLEIN**, L. e **FIGUEIREDO**, M. F. *Legitimidade e Coerção no Brasil*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, pp. 11-103.
- MATHIAS**, Suzeley K. (1995). *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas, Papirus.
- _____ e **BELELI**, Iara. (1995). "Os militares e a consolidação democrática". *Premissas*, Campinas, NEE-UNICAMP, 10: 87-106, ago.
- O'DONNELL**, Guillermo. (1991). "Democracia delegativa?" *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 31: 25-40, out.
- _____ e **SCHMITTER**, Philippe. (1988). *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo, Vértice.
- OLIVEIRA**, Eliézer R. (1985). Condicionantes militares da abertura. Campinas, NEE/UNICAMP, mimeo.
- _____. (1992). "Conflitos militares e decisões políticas sob a Presidência do general Geisel (1974-1979)". In: **A. ROUQUIÉ** (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, pp. 114-153.
- _____. (1994). *De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia*. Campinas, Papirus.
- PINTO**, Celina R. J. (1989). *Com a palavra o senhor presidente José Sarney: o discurso do Plano Cruzado*. São Paulo, Hucitec.
- ROUQUIÉ**, Alain. (1988). "La desmilitarización y la institucionalización de los sistemas políticos dominados por los militares en América latina". In: **G. O'DONNELL**; **P. SCHMITTER** e **L. WHITEHEAD** (Comps.). *Transiciones desde un gobierno autoritario, perspectivas comparadas*. Buenos Aires, Paidós, pp. 171-211.
- SOARES**, Gláucio A. D.; **D'ARAUJO**, Maria C. e **CASTRO**, Celso (1995). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- STEPAN**, Alfred (1986). *Os militares: da abertura à "Nova República"*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1988). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- VARAS**, Augusto. (1988). *La política de las armas en América Latina*. Santiago, FLACSO, 20

